

DIEESE CONTESTA FGV E DIZ QUE EFEITO É MAIOR PARA
QUEM GANHA ATÉ 2 SALÁRIOS

Elevar mínimo reduz a pobreza

Os técnicos do Dieese e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) discordaram das conclusões de estudo divulgado, na véspera, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de que aumentar o salário mínimo acima da inflação não reduziria a pobreza e a desigualdade social:

“É mentira afirmar que a elevação do mínimo não afeta em nada a pobreza. Na média do total de salários pagos no país, certamente, o reajuste do mínimo não terá qualquer impacto, mas, se tomarmos como base quem recebe até dois mínimos – a maioria absoluta da baixa renda brasileira – a política de aumento real do mínimo tem efeitos imensos”, afirmou o gerente de

Análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Seade, Alexandre Loloian.

O especialista amparou sua tese em dados da PED, divulgada ontem. Em junho, o valor máximo do rendimento dos 10% mais pobres da Grande São Paulo cresceu 1%, equivalente a R\$ 250. A PED indica que, sobre junho de 2005, o reajuste é de 22%.

“Isso é uma sinalização muito forte do tipo de resultado que a política de elevação do salário mínimo pode provocar”, argumentou.

Segundo a FGV, a renda de trabalho apropriada pelos 50% mais pobres subiu de 10,1%, em março de 2002, para 11,62%, em julho de 2004, e para 12,20%, em julho de 2006.

A maior queda da desigualdade ocorreu, segundo a FGV, em 2004, quando o mínimo não teve aumento real.

Loloian, porém, contestou o método da FGV, argumentando que o estudo deveria considerar só os 10% mais pobres, mais dependentes do mínimo. Além disso, ressaltou que o estudo da FGV vale-se de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, pela qual o trabalho responde por 36% a 37% da renda dos brasileiros. Outras formas de rendimento são as receitas com juros de aplicações, aluguéis, lucros com empresas e vendas de bens, entre outros itens.

Página 3

Seade critica FGV e diz que mínimo reduz pobreza

O gerente de análise da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Alexandre Loloian, discorda das conclusões do estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado ontem e que defende que os aumentos do salário mínimo acima da inflação não reduzem a pobreza e a desigualdade social.

Loloian ressaltou que o estudo da FGV se baseia na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, o qual considera que o trabalho responde por 36% a 37% da renda dos brasileiros.

Outras formas de rendimento, segundo o IBGE, são juros de aplicações, aluguéis, lucros e vendas de bens: "Por isso, os efeitos dessa política não são uniformes, já que a renda proveniente do trabalho tem maior incidência nos estratos inferiores da sociedade", destacou, acrescentando que o resultado também é sentido de forma diferente entre as regiões.

O coordenador do estudo da

FGV, Marcelo Neri, contudo, insistiu em que, há dois anos, o reajuste do mínimo acima da inflação produz aumento de desemprego e informalidade: "O efeito do mínimo forte está chegando a seu máximo. Um sinal disto é que, em 2006, 19% dos trabalhadores que ganhavam entre R\$ 300 e R\$ 350 antes do reajuste perderam emprego com carteira, enquanto entre os que não foram afetados (não estava na faixa de atuação do mínimo) o percentual de perda de emprego foi 13%", diz, admitindo, porém, que a melhoria na distribuição de renda não elevou a participação da renda do trabalho no PIB.

Loloian, porém, usou dados da última Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade: "Em junho, o valor máximo do rendimento dos 10% mais pobres da Grande São Paulo cresceu 1%, ou R\$ 250. A PED indica que, sobre junho de 2005, o reajuste chega a 22%."